



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo
N.º 11/2025**

Plenário | 21.05.2025

Conselho Superior do Ministério Público

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Gestão de quadros / Comissões de Serviço	>> 3
Temas de ordem geral	>> 4
Matéria Disciplinar	>> 5
Inspeções	>> 5
Remunerações	>> 5
Reclamações	>> 5
■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO	>> 6
Temas de ordem geral	>> 6



Presenças

■ Presidente

Senhor Procurador-Geral da República, **Dr. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra.**

■ Vogais

Procuradores-Gerais Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, **Drs. Helena de Jesus Fernandes Gonçalves, José Norberto Ferreira Martins, António Augusto Tolda Pinto e José Carlos Ribeiro da Cruz Laia Franco;**

Procurador-Geral-Adjunto, **Dr. António Luís de Almeida Rainha Paes de Faria;**

Procuradores da República, **Dr.^{as} Sónia Marina de Pinho Esteves Ferreira, Ana Paula Lopes Leite, Raquel Alexandra Alves da Encarnação, Maria Leonor Queiroz Pereira Gil Ribeiro Cardiga, Maria Raquel de Carvalho Figueiredo da Mota Carvas Rocha e Isabel Maria Rodrigues Cardoso;**

Membros eleitos pela Assembleia da República, **Drs. Orlando Salvador da Silva Cardoso Massarico, Vânia Gonçalves Álvares, Paulo Rui da Costa Valério e José Carlos Lourinho Soares Machado.**

Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça: **Professora Doutora Susana Maria Aires de Sousa e Dr. Bernardo Castro Caldas.**

■ Secretário

Secretariou a sessão a Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, **Dr.^a Carla Alexandra Nunes Botelho Santos de Albuquerque Azevedo.**



Conselho Superior do Ministério Público

Participaram por meio de videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, os Drs. Norberto Martins, Tolda Pinto, Ana Paula Leite e Maria Raquel Mota.

Esteve ausente a Dr.ª Sofia Galvão.

A Dr.ª Maria Raquel Mota ausentou-se pelas 11h05, após a deliberação do ponto 6.

■ ORDEM DO DIA

Gestão de quadros / Comissões de Serviço

1. O CSMP deliberou, por unanimidade, nomear, como inspetores do Ministério Público, em comissão de serviço, as Sr.ªs Procuradoras-Gerais-Adjuntas **Maria Isabel Crespo Confraria e Maria Gertrudes Oliveira Mendes** – artigos 169.º, 178.º e 179.º do Estatuto do Ministério Público.
2. O CSMP deliberou, por maioria, em escrutínio secreto, nomear, em comissão de serviço, o Sr. Procurador-Geral-Adjunto **João Paulo Anastácio Centeno** para, em representação do Senhor Procurador-Geral da República, exercer funções no Supremo Tribunal de Justiça – artigos 172.º, 178.º e 179.º do Estatuto do Ministério Público.

Votou contra um Sr. Conselheiro.

Absteve-se um Sr. Conselheiro.
3. O CSMP deliberou, por unanimidade, em escrutínio secreto, nomear, em comissão de serviço, o Sr. Procurador-Geral-Adjunto **Carlos Jorge Fernandes dos Santos** para, em representação do Senhor Procurador-Geral da República, exercer funções no Supremo Tribunal Administrativo – artigos 172.º, 178.º e 179.º do Estatuto do Ministério Público.
4. O CSMP deliberou, por unanimidade, em escrutínio secreto, nomear, em comissão de serviço, a Sr.ª Procuradora-Geral-Adjunta **Maria do Sameiro Sousa de Barros Rios da Fonseca** para, em



Conselho Superior do Ministério Público

representação do Senhor Procurador-Geral da República, exercer funções no Supremo Tribunal Administrativo – artigos 172.º, 178.º e 179.º do Estatuto do Ministério Público.

5. O CSMP deliberou, por maioria, em escrutínio secreto, designar, em comissão de serviço, o Sr. Procurador-Geral-Adjunto **José Mário Nogueira da Costa** para integrar a Comissão Nacional de Proteção de Dados (artigos 21.º, n.º 2, al. **k**), 178.º e 179.º do Estatuto do Ministério Público e artigo 3.º, n.º 1, al. **c**), e n.º 2, da Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto), após a cessação da Sr.ª Procuradora-Geral-Adjunta que atualmente ali exerce funções.

Votou contra um Sr. Conselheiro.

6. O CSMP deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento concursal e designação dos elementos do júri, no DCEICCD – Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos.

Apresentação: Maria Raquel Mota.

7. A - Após audição da discussão realizada, no dia 07 maio de 2025, o CSMP deliberou, por unanimidade, aprovar o texto a constar quanto à deliberação tomada no ponto 5 do Plenário de dia 7 de maio de 2025.

B - O CSMP deliberou, por unanimidade, alterar a deliberação do dia 1 de fevereiro de 2023, na parte referente ao cálculo do valor de referência processual nos inquéritos que têm como interveniente

processual “desconhecidos” e tiveram o seu termo com um despacho de arquivamento no prazo de 30 dias, a contar da sua autuação para os inquéritos, passando tal período a ser de 90 dias.

Mais se deliberou, por unanimidade, alterar a atual tabela presente no ponto 6, da deliberação do dia 1 de fevereiro de 2023, em conformidade, aí passando a constar:

Fórmula de cálculo proposto					
VRP Inquéritos				Ponderação Inquéritos	
VRP Inq.	661			95%	5%
	Total Entrados	Entrados sem Desc.	Entrados Desc. - 90 dias	Entrados sem Desc.	Entrados Desc. - 90 dias

Apresentação: Dr.ª Vânia Álvares

Temas de ordem geral

8. O CSMP deliberou, por unanimidade, que o Gabinete de Coordenação Nacional de Cibercrime, atentas as suas atuais exigências de intervenção, passe a estar sediado no Departamento Central de Investigação e Ação Penal, mantendo-se na dependência direta do Senhor Procurador-Geral da República e com as demais funções que lhe estão atualmente atribuídas.



Conselho Superior do Ministério Público

Matéria Disciplinar

9. O CSMP deliberou, por maioria, suspender, nos termos do disposto no artigo 210.º, n.º 2, do EMP, o procedimento disciplinar onde foi aplicada sanção disciplinar a Procurador da República até à prolação de decisão final, transitada em jugado, em processo-crime.

Relatora: Dr.ª Raquel Encarnação

Absteve-se a Sr.ª Conselheira, Dr.ª Isabel Cardoso.

Inspeções

10. **Adiado**

Recurso de deliberação da secção de Avaliação do Mérito Profissional do CSMP de 04 de fevereiro de 2025 apresentado por Procuradora da República.

11. O CSMP deliberou, por unanimidade, manter a classificação atribuída pelo Acórdão da Secção para Apreciação do Mérito de 25 de fevereiro de 2025, a Procuradora da República.

Relator: Dr. Orlando Massarico

12. O CSMP deliberou, por maioria, manter a classificação atribuída pelo Acórdão da Secção para Apreciação do Mérito de 25 de fevereiro de 2025, a Procuradora da República.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

Absteve-se a Sr.ª Conselheira, Dr.ª Sónia Ferreira.

Remunerações

13. O CSMP deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 21.º, n.º 2, alínea **d)**, da LTFP, subsidiariamente aplicável, que nada obsta à remuneração dos Magistrados do Ministério Público pelas funções exercidas na qualidade de peritos contratados para o programa EL PACCTO bem como autorizar a Sr.ª Procuradora-Geral-Adjunta **Joana Antónia Ribeiro Gomes Ferreira** e Sr.ªs Procuradoras da República, **Sofia de Alcântara Torres Freire da Rocha** e **Vera Lúcia Marcão Camacho**, a exercerem funções como peritas no programa EI PACCTO.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

Reclamações

14. **Adiado**

Reclamação apresentada por oficial de justiça da deliberação do COJ de 26.11.2024.



Conselho Superior do Ministério Público

■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO

Temas de ordem geral

Ponto único

O CSMP deliberou, por unanimidade, aprovar a nota justificativa e o projeto do estatuto do Núcleo de Ética e Deontologia do CSMP, a ser submetido, nos termos do artigo 101.º do CPA, a consulta pública.

Apresentação: Dr.ª Helena Gonçalves

A sessão teve início às 10h40 encerrando-se pelas 13h10.